

ANÁLISE DAS RELAÇÕES SÓCIO-PROFISSIONAIS EM ORGANIZAÇÕES DO CAMPO EDUCACIONAL: IMPLICAÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Jamerson Kemps Moura

Mestre em Antropologia e graduado em História pela UFPE
Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco
Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco e Centro
de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra / Portugal
kempsjamerson@gmail.com

RESUMO: O presente artigo apresenta uma breve revisão da teoria social e da literatura que versa sobre educação a respeito da relação entre indivíduos e organizações. Como objetivo específico, procurou-se desenvolver uma sociologia das organizações que permita iluminar as características do campo educacional em vista da implementação de políticas públicas. No caso de Pernambuco, investiga-se como as mudanças governamentais sobre o que se entende como gestão democrática da educação apresenta-se como problema no que tange a implementação dessa política, já que a mesma tende a ser interpretada de maneira difusa entre os vários atores sociais que compõem o campo. Consideramos que os objetivos impostos pelo Estado são compostos de forma hegemônica por referenciais teóricos forjados por indivíduos em contextos socioculturais diferentes, o que termina por não contemplar as características dos grupos e indivíduos que compõe o campo local.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria Social. Políticas Públicas. Gestão Democrática da Educação.

ANALYSIS OF SOCIO-PROFESSIONAL RELATIONSHIPS IN THE EDUCATIONAL FIELD ORGANIZATIONS: IMPLICATIONS FOR THE IMPLEMENTATION OF PUBLIC POLICIES

ABSTRACT: This article presents a brief review of social theory and literature which treats with education about the relationship between individuals and organizations. As a specific purpose, we tried to develop a sociology of organizations that allows illuminate the characteristics of the educational field in view of the implementation of public policies. In the case of Pernambuco state, it investigates how government changes on what is understood as democratic management of education presents an issue regarding the implementation of this policy, since it tends to be interpreted in a diffuse manner between the various actors social that make up the field. We consider that the state-imposed goals are composed of hegemonic form of forged theoretical references by individuals in different contexts, which ends up not contemplate the characteristics of groups and individuals that make up the local field.

KEYWORDS: Social Theory. Public Policy. Education Democratic Management.

1 Introdução

O presente artigo pretende realizar uma breve revisão da teoria social que possibilite a apresentação de referências que possam contribuir com a compreensão de como políticas públicas são trabalhadas por organizações educacionais em vista da sua aplicação na sociedade através dos profissionais de educação a elas ligados.

Do ponto de vista sócio-organizacional, os profissionais das unidades de ensino precisam se adaptar às mudanças paradigmáticas da gestão governamental e, nesse sentido, procuramos identificar como os direcionamentos políticos e ideológicos da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco reverberam na comunidade escolar por intermédio da atuação dos profissionais de suas unidades de ensino.

Ressalvamos que desde o início da última década (Lei 23.583/2001), os diretores das escolas passaram a ser escolhidos através de eleição direta, onde alunos, pais e professores podiam eleger os candidatos de sua preferência, evitando que o diretor fosse indicado por representantes do governo, o que quase sempre atendia a interesses político-partidários. Tal procedimento foi apresentado pelo Estado como elemento principal do processo de democratização da gestão escolar.

Todavia, desde o ano de 2011, o que temos observado é que a Secretaria de Educação, diferentemente de outrora, tem incentivado as comunidades escolares a elaborarem uma lista tríplice que indique gestores considerados aptos a serem eleitos, desde que aprovados em programas de treinamento conduzidos pela Secretaria (Lei 13.103/2012). Como já mencionado, somente após o curso de formação (que tem carga horária de 180 horas e requer aprovação) é que o candidato pode concorrer com outros dois nomes dos mais votados pela comunidade escolar **à escolha e nomeação feita pelo governador do Estado** (grifo nosso).

A justificativa para tal procedimento é de que assim se evitaria que diretores fossem eleitos apenas por características que agradassem a comunidade, a exemplo de condescendência e simpatia, não privilegiando o mérito. Contudo, esse procedimento nos parece problemático no que tange o estabelecimento de uma gestão democrática e sobre o que a comunidade escolar entende por poder e legitimidade, bem como quanto à erradicação de práticas pautadas por clientelismo e autoritarismo.

Tomando como hipóteses iniciais de trabalho o entendimento de que políticas públicas são elaboradas para a obtenção de melhorias sociais e que o sistema de educação em Pernambuco ainda está longe de apresentar bons índices de qualidade, é de nosso interesse analisar o quanto a composição das relações sócio-profissionais em organizações educacionais do estado terminam por influenciar na aplicação efetiva das políticas públicas.

Destacamos que o presente trabalho tem como foco a construção de um diálogo teórico, uma vez que o processo de coleta de dados empíricos ainda está sendo realizado. Como metodologia de apresentação, realizaremos uma análise da obra de autores da Teoria Social que nos ajudam a pensar a interação entre indivíduos em seus meios sociais e organizacionais, correlacionando essa revisão teórica com parte da literatura que versa sobre o campo educacional.

2 Indivíduo e Sociedade: entendimentos dessa relação a partir da Teoria Social

A análise da relação que se dá entre indivíduo e sociedade pode ser entendida como o principal objeto de estudo da Sociologia, o que não quer dizer que a mesma se apresente de maneira homogênea quanto a essa temática. Vejamos que por um longo período, a estrutura social foi vista como definidora do comportamento dos indivíduos. Só para tomar como referência os pensadores clássicos, temos em Émile Durkheim (1999), o entendimento de que a sociedade seria mais do que a soma de seus indivíduos; ela seria o mais importante elo entre forças naturais e morais, enquanto que cada indivíduo seria apenas uma ínfima parte da mesma, membro de gerações anteriores a ele próprio, que já desapareceram e continuarão a desaparecer.

Essa seria a base para o seu conceito de Morfologia Social: aquilo que indicaria a força das relações estruturais entre as pessoas, a partir dos processos rituais que envolvem indivíduos. Para Durkheim, a análise sociológica do simbolismo dos rituais e de uma sistematização das noções de sua representação poderia explicar um determinado contexto sociocultural. Enquanto sistema de valores, esse simbolismo se apresentaria como reflexo da influência de uma moral social sobre os membros de uma coletividade, que por sua vez agiriam pautados por determinados paradigmas (DURKHEIM, 2005). Nessa análise,

Durkheim desenvolve ainda, os conceitos de Solidariedade Mecânica e Solidariedade Orgânica a respeito das relações entre indivíduos.

A primeira forma de solidariedade caracterizaria uma convivência mais primitiva dos indivíduos, uma vez que os mesmos necessitariam dessa coesão social em termos específicos de sobrevivência frente à sua relação com a natureza e meio social. Na medida em que as sociedades foram se tornando mais complexas, a divisão do trabalho e as consequentes diferenças entre os indivíduos levaram a uma crescente independência dos mesmos em termos de coletividade entre semelhantes, estabelecendo, agora, relações pautadas na especialização e complementação das práticas individuais, ou ainda, saindo de uma estrutura holística e passando para uma estrutura individualista.

Todavia, segundo o sociólogo francês, mesmo que acentuadas as diferenças nesse tipo de associação entre indivíduos, a solidariedade orgânica ainda poderia promover coesão social já que a anomia, estado de falta de objetivos e perda de identidade provocado pelas intensas transformações ocorrentes no mundo social moderno, só ocorreria pelo não estabelecimento de regras claras, podendo ser sanada pela constituição de uma moral cívica.

Ainda em termos de influência ocasionada pela estrutura, encontramos no pensamento marxista semelhante entendimento. A partir do estudo histórico-econômico que realizou sobre as principais civilizações humanas, e em específico sobre o sistema capitalista econômico, Karl Marx (1996) criou os conceitos de Infraestrutura e Superestrutura. A partir de tais conceitos, a sociedade passa a ser comparada a uma construção, na qual as fundações (infraestrutura) seriam representadas pelas forças econômicas, enquanto que a obra em si mesma (superestrutura) representaria as ideias, costumes e instituições da sociedade.

Enquadrado na tradição do conflito, Marx percebe que grupos e indivíduos tentam estar acima dos outros através do controle das estruturas sociais citadas acima, processo esse facilitado já que nem sempre se podem encontrar relações harmoniosas entre os indivíduos de uma sociedade. Assim, teríamos a consideração de que as ideias dominantes de uma determinada época são exatamente o reflexo da ideologia das classes sociais que a dominam.

Será na sociologia de Max Weber (2002) que encontraremos como premissa a ideia de que a sociedade não seria algo superior, exterior, coercitivo e que determinaria o comportamento dos indivíduos, mas sim o resultado de uma enorme rede de interações

interindividuais. Vejamos que em termos weberianos, a sociedade não é aquilo que pesa sobre os indivíduos, mas aquilo que se veicula entre eles, pois um mesmo meio cultural pode vir a assumir significados diferentes para os diferentes indivíduos que nele estão inseridos.

Nesse sentido, Weber amplia a análise sociológica para além das estruturas totalizantes de uma sociedade e desenvolve o conceito de Ação Social. Para ele, esse conceito explicaria diferenças de comportamento dos indivíduos a partir do modo de assimilação e os diferentes tipos de racionalidade empregados pelos participantes de uma mesma cultura. Weber considera que tão importante quanto estudar a influência do sistema econômico, também o é a análise dos aspectos religiosos, militares, geográficos, além das características da administração burocrática das instituições, estados modernos e partidos políticos.

Com base na teoria levantada pelos três clássicos citados, a Sociologia foi sendo desenvolvida e aplicada em diversas áreas do conhecimento. Em termos de história da teoria sociológica, destacamos que a análise das relações dos indivíduos em sociedade passou a ser interpretada a partir de outras variáveis epistemológicas.

Representante da escola inglesa, o sociólogo Anthony Giddens (2003) analisa as relações sociais em termos de estruturação e práxis social, entendendo que não se poderia negar a força que os processos históricos desenvolvem enquanto influência nas práticas sociais. Para ele, os seres humanos devem ser entendidos diferentemente dos outros animais porque não são biologicamente programados para produzir vida social.

As relações sociais [...] estão envolvidas na estruturação da interação, mas são também os principais 'blocos de construção' em torno dos quais as instituições se articulam na integração dos sistemas [...] As relações sociais dizem respeito ao 'posicionamento' dos indivíduos no bojo de um 'espaço social' de categorias e vínculos simbólicos. As regras envolvidas nas posições sociais têm normalmente algo a ver com a especificação dos direitos e obrigações pertinentes as pessoas dessas regras, em outras palavras, são particularmente pronunciadas, mas também a eles se aplicam todas as características anteriormente declaradas das regras. (GIDDENS apud COHEN, 1999, p. 439).

Giddens procurou desenvolver essa reflexão, - em torno daquilo que ficou conhecido como a Lei de Homans, - a qual considera que quanto mais os indivíduos interagem, tanto mais se tornam parecidos e tendem a conformar-se a um padrão comum.

Em outras palavras, se determinado grupo de pessoas é reunido de modo a ter que interagir – trabalhando em um mesmo lugar, vivendo no mesmo bairro ou vila -, elas

começam a formar um grupo coeso; elas desenvolvem uma cultura de grupo que não existia anteriormente, e inculca seus padrões sobre cada indivíduo (COLLINS, 1999, p. 118).

George Homans (1974) alerta para o fato de que a coesão social depende de uma situação de igualdade entre os membros de um determinado grupo, segundo critérios de identificação social, práticas comportamentais e interesses comuns. De forma diferente dessa situação, a coesão só seria possível pelo exercício da autoridade.

Tomando um agrupamento de trabalhadores em uma fábrica, Homans percebe que os mesmos tendem a trabalhar em torno de meios e objetivos comuns, mas sem identificação coletiva a respeito de seus chefes ou supervisores. Se interagirem com eles, será apenas por obediência, tolerância e interesse em recompensas, mas ainda assim de maneira limitada, não se identificando e se relacionando mais fortemente com os mesmos.

A razão pela qual os indivíduos se assemelham uns aos outros e, portanto, influenciam uns aos outros, só pode ser explicada pelo fato de que oferecem aos outros, algo que estes consideram gratificante. Esse algo é a recompensa fundamental da aprovação social. [...] Quando uma pessoa possui o poder de dar ordens, as outras pessoas a evitam, uma vez que esse tipo de interação não traz recompensas. Ambos os tipos de evidência são enquadradas no mesmo princípio: as pessoas pautam suas interações conforme as condições que garantem as melhores recompensas (Id. *Ibidem*, p. 119).

A partir disso, a análise das relações sociais passa cada vez mais a considerar a perspectiva dos indivíduos em termos de relações sociais, tomando como referências analíticas novos conceitos sociológicos e de outras áreas do conhecimento. Identificado também como representante da Psicologia Social, o canadense Erwin Goffman (2007) analisa os processos de interação social a partir do seu cotidiano em uma abordagem microinteracionista de perspectiva dramática. Para ele, o mundo social poderia ser entendido em analogia ao teatro, onde cada indivíduo teatralizaria as circunstâncias em que se encontrem.

Essa interpretação teatral seria marcada por rituais e posições que possibilitem distinguir indivíduos e grupos. Assim, “um ritual é um tipo de configuração de seres humanos que voltam seus corpos, sua atenção e suas emoções para uma mesma direção, na qual crenças e objetos sagrados são criados pelos rituais” (COLLINS, 2009, p. 190).

Nesse sentido, o desempenho dos papéis sociais teriam a ver com o modo como cada indivíduo concebe a sua imagem e pretende mantê-la. A pertença a uma classe social, por exemplo, se marcaria através de ritualizações que distinguem indivíduos e grupos, considerando-se aspectos sutis como as formas de se vestir ou de se apresentar publicamente. Essa interação deve ser entendida como um processo fundamental de identificação e de diferenciação dos indivíduos e grupos em relação ao poder.

Para esse pensador, os rituais de interação social, análogos ao teatro, podem ser entendidos através da relação conceitual que desenvolveu entre palco e bastidor. Ele entende que “nós realizamos performances, mas elas exigem a utilização de um figurino e de um cenário reais: roupas, o palco, uma plateia e um lugar onde os atores podem guardar seus equipamentos” (Idem, p. 191).

Exemplo disso é a relação da vitrine de uma loja (palco), ponto de atração do cliente, com a parte de trás do balcão de vendas (bastidor), local onde os vendedores dividem seus territórios de atuação, estabelecem porcentagem de vendas e se comportam de maneira mais informal. Essa analogia também foi desenvolvida a respeito da relação entre trabalhadores e administradores de fábricas, quando se percebeu que os operários produziam um específico tipo de desempenho ao se perceberem supervisionados, mas que desempenhavam uma outra, mais informal, quando se encontravam apenas entre seus pares.

Nesse sentido, o que Goffman procurou aperfeiçoar em torno da conceituação de teatralização social foi o entendimento de que os rituais são, portanto, performances, “armas que sustentam e renegociam a estrutura de classes. Eles não apenas criam o eu, mas classificam os diferentes tipos de ‘eu’ em diferentes classes sociais” (Ibidem, p. 191).

Consideramos que uma escola precisa ser entendida como um sistema de cultura do tipo aberto, pois além de sofrer influência das decisões advindas da Secretaria de Educação, também a causa em suas unidades, e que esse espaço pode ser apreendido como um vetor de interações sociais. Temos que uma organização social pode estruturar diretamente as comunicações e ela se constitui como um mensageiro sobre o grupo ou a sociedade que representa a respeito de sua cultura e valores. Diante disto, questionamos: devemos compreender a unidade de ensino a partir da força da ação do indivíduo dentro desse espaço organizacional ou pela força que a estrutura sociocultural externa tem sobre o mesmo?

3 Indivíduo e Organização: problematizando as relações no campo educacional

O desenvolvimento de uma análise sociológica da escola implica reconhecer a especificidade do estabelecimento de ensino enquanto realidade organizacional produzida pelos comportamentos e interações de seus membros. Nossa análise parte de uma leitura que venha a considerar como a unidade de ensino se subordina às diretrizes da secretaria de educação estadual, ao mesmo tempo em que procura dinamizar suas práticas políticas e pedagógicas de maneira autônoma.

Em relação ao campo educacional no estado de Pernambuco, podemos observar uma relevante preocupação sociopolítica em tomar o espaço escolar a partir de uma concepção mais democrática quanto à participação e representatividade dos agentes sociais a ele ligados.

A concepção de liderança associada aos diretores de escola passou a ser entendida a partir da consideração de que a mesma poderia ser escolhida pelos representantes da comunidade escolar, substituindo a tradicional prática da indicação político-partidária, na qual governantes e políticos aliados loteavam as unidades de ensino e administração burocrática a partir da indicação política de seus correligionários.

Em se tratando de escolas estaduais, pode-se considerar que as mesmas sempre estiveram permeadas por divergências ideológicas por parte de suas lideranças, fazendo com que essas disputas terminassem reverberando sobre o funcionamento organizacional das mesmas e, conseqüentemente, sobre as comunidades escolares por elas atendidas.

Dessa maneira, refletimos a respeito da alternância de perfis políticos, ideológicos e administrativos advindos das práticas de gestão desses novos diretores escolares, procurando entender as contradições, tensões ideológicas e influência dessa mudança de perfil administrativo dos gestores sobre as organizações educacionais, analisando, ainda, de que maneira essas representações administrativas tornam-se enraizamentos de identificação social (CHANLAT, 2009) que terminam por reafirmar identidades pessoais e coletivas na comunidade escolar.

Buscamos entender como o fator humano nas organizações é trabalhado e entendido enquanto sinônimo de influência na estrutura pesquisada, perguntando como realizar uma análise sociológica das práticas de gestão desenvolvidas em escolas públicas, frente aos novos

paradigmas político-administrativos implementados pela secretaria de educação.

Percebemos que a cultura organizacional deve ser entendida como uma variável para análise das relações sociais, ao mesmo tempo em que a instituição, ainda que coercitiva, recebe influências dos comportamentos individuais de seus membros integradores.

Considerando que “toda identidade requer a existência de um outro [...] sendo esse outro, um modelo, um objeto, uma sustentação ou um adversário” (CHANLAT, 2010, p. 154), buscamos entender como diferentes formas de relações interpessoais podem interferir na gestão das organizações educacionais.

Compreendemos que a organização se caracteriza como uma unidade distinta e se constitui em um domínio próprio, procurando se forjar independente em relação com o ambiente social mais amplo. Em uma organização, os espaços correspondem a critérios de especialização que determinam localizações, distâncias, relações de vizinhança e separação de funções (Idem, 2008) entre os seus indivíduos.

Deve-se considerar que as pessoas, como principais protagonistas da mudança, são seres complexos e que apresentam interesses particulares, entre outros, para manterem espaços e recursos dos quais se apropriaram, e que lhes dão uma condição de estabilidade no seu local de trabalho. Neste sentido, a desconfiança e a incerteza se manifestam com a perspectiva da mudança, pois esta gera insegurança na obtenção e manutenção de seus interesses particulares. Diante da mudança, as pessoas atuam de forma diferente da habitual; tendem a resistir às alterações propostas, pois estas ameaçam sua situação atual (DIAS, 2008, p. 226-227).

Com base nessas variáveis que caracterizam os indivíduos, a organização requer em si a subordinação do sujeito para sua prática administrativa. Procura vincular a vontade e o comportamento humano aos seus objetivos e metas em uma relação de troca de interesses. Todavia, a forma e os critérios estabelecidos para a realização dessa troca, nem sempre se apresentam como convincentes ou coerentes.

Observemos que o estabelecimento do sistema de produção econômica do tipo capitalista e industrial dinamiza essa relação a partir do pagamento monetário sobre a mão de obra contratada. O salário, para as pessoas, é visto como resultado ou motivação em vista do estabelecimento de um padrão de atividades e de relações interpessoais que não foram definidos por elas, mas sim pela organização a qual se subordina. Ele representa o empenho de parte de seu esforço, da sua vida, de si mesmo. Já para a organização institucional, o

salário pode ser visto como custo e investimento. Uma vez que não se entende o valor do salário entre ambas as partes de maneira consensual, há de se imaginar a ocorrência de dificuldades de cooperação socioprofissional em um ambiente organizacional.

De uma maneira geral, os novos modelos de gestão de pessoas têm percebido que outros fatores, além dos monetários, podem influenciar na consolidação efetiva de práticas interpessoais nas organizações, contudo, o nosso campo de análise trata de escolas governamentais, e essas possuem um sistema de remuneração salarial fixo, onde o bom desempenho das práticas profissionais nem sempre define uma melhor remuneração.

Mesmo informados de que novas formas de remunerar estejam sendo implementadas no sistema escolar, de forma ainda limitada, nos concentramos em analisar o modelo clássico de gestão organizacional pautado pelo exercício da autoridade, no qual se considera que:

o poder é inerente à autoridade e é legitimado através de regras; a interpretação das regras deveria ser disciplinada, regulada, se novos poderes não surgissem e se os poderes já instalados não se transformassem. Entretanto [...] quanto à utilização das regras, as coisas não serão jamais completamente estáveis. A emissão pura e simples de regras será acompanhada na maioria das vezes de stress, tensões e conflitos cujos limites vão desembocar seguramente na desobediência em relação às normas estabelecidas. [...] Assim, o poder exprime-se nas e pelas práticas disciplinares e pelas lutas que se opõem ou resistem a tais práticas (WEBER, 2002, p. 163).

Destacando o conceito de autoridade, temos em Max Weber, a compreensão de que a burocracia deveria ser apreendida como sinônimo da organização por excelência. Sua preocupação estaria no entendimento da racionalidade como uma adequação dos meios aos fins. Uma vez que a organização viesse a se tornar racional, a mesma também se tornaria eficiente e a aplicação dessa racionalidade, via burocracia e sua sistematização, levaria à organização os mais eficazes processos de dominação ou autoridade.

Assim, a autoridade passa a ser a possibilidade de haver obediência dentro de um grupo determinado, distinguindo sua influência a partir do carisma de suas lideranças, conceito definido por Weber como “virtude indefinível, denominado como conjunto de dotes pessoais que impõem um indivíduo aos outros, fazendo com que estes lhe obedeam, tornando suas ordens indiscutíveis, exatamente porque emanam dele” (Idem, p. 38).

Com base no argumento de que a escola deveria ser orientada pelo Estado, já que o mesmo é um universo singular por ser oficial e por ser representado por personagens oficiais

que detêm um mandato para servir e não para se servirem (BOURDIEU, 1993), refletimos como aprofundar essa concepção com base no entendimento de características socioculturais que vigoram nas organizações brasileiras, a exemplo da utilização do bem público como se fora privado (DaMATTA, 1986).

No espaço das escolas pernambucanas, procuramos entender como os comportamentos individuais, com suas inúmeras variações e imprevisibilidades, vinculam-se às normas e estrutura institucional, ao mesmo tempo, analisando de que maneira se constitui o poder que as normas e estruturas sociais possuem sobre todos os indivíduos de uma dada cultura (BOURDIEU, 1990). Tomando como hipótese de trabalho que uma política pública é desenvolvida com o intuito de promover melhorias na sociedade para a qual se direciona, procuramos entender por que no caso da sociedade pernambucana, políticas públicas de educação não têm conseguindo alcançar os objetivos almejados.

Observemos que para Nobeit Elias (1970; 1994), o indivíduo e a sociedade são indissociáveis e interdependentes. Em seus trabalhos, o pensador descreve a ideia de que a sociedade não poderia ser vista apenas como a soma de vários indivíduos, assim como o indivíduo não deveria ser entendido como determinado totalmente pela sociedade. Na medida em que as sociedades se tornam mais complexas, mais desenhos de normas sociais se apresentam e por consequência, se evidenciam mais possibilidades de se entender como indivíduo.

Consideremos que enquanto reguladora de comportamentos humanos, a organização administrativa se defronta com os processos de personalização e socialização organizacional. No segundo processo, a instituição procura moldar e adequar o indivíduo às práticas comportamentais da cultura organizacional vigente, enquanto que no primeiro processo é o indivíduo que tenta personalizar os procedimentos institucionais ao seu estilo de trabalho.

A respeito dessa consideração, encontramos no trabalho de John Elster (1989) o entendimento de que o cientista social deveria voltar sua atenção para aqueles processos do plano individual que possam explicar resultados sociais como um produto da soma do cálculo dos indivíduos na busca por seus interesses. Para tanto, o autor desenvolve o conceito de Individualismo Metodológico: “doutrina em que todos os fenômenos sociais – sua estrutura e mudança – são, em princípio, explicáveis de forma que somente se considerem os indivíduos,

suas propriedades, seus objetivos, suas crenças e ações” (RATTON, 2002, p. 386).

No desenvolvimento de sua teoria, Elster entende que os fenômenos sociais seriam explicáveis apenas em termo dos indivíduos, em torno de suas características, seus fins e suas crenças. Dessa maneira, a ação intencional seria a unidade elementar da vida social, sendo motivada pelos desejos e crenças dos indivíduos. Assim, os fenômenos sociais resultariam dos processos de ação e interação entre eles.

A explicação em ciências sociais deve ser, portanto, capaz de reduzir fenômenos complexos a seus elementos constitutivos: as ações individuais. [...] para ir de instituições sociais e padrões agregados de comportamento para indivíduos, utiliza-se o mesmo tipo de operação de quando se vai de células para moléculas. E explicar é fornecer um mecanismo, abrir uma caixa-preta e mostrar as peças e engrenagens, os desejos e crenças dos indivíduos que geram o resultado ‘social’ agregado (Idem. p. 389).

Em torno de nosso problema de pesquisa, vislumbramos que o indivíduo, no caso o diretor, pode ser o responsável pelo bom desempenho, ou não, das escolas. Pode-se compreender a eficácia da aplicabilidade de uma política pública junto à sociedade por intermédio de uma unidade de ensino, não exatamente pela estrutura da qual ela faz parte, mas sim pela força da ação do indivíduo dentro daquele espaço.

Considerando ainda o pensamento dialético, enquanto procura por melhores elementos de argumentação, nos propomos a analisar de maneira mais aprofundada, a revisão teórica feita sobre os trabalhos de Marcel Mauss (1971) a respeito do conceito de dádiva. Nessa revisão, pensadores como Martins (2008) e Caillé (1998) tomam o conceito como um paradigma outro (MIGNOLO, 2003) que possa se apresentar alternativo ao holismo e individualismo metodológicos vigentes nas ciências sociais, e permita se desenvolver uma nova epistemologia para análise da relação entre indivíduo e sociedade, pautada por processos de associação, simbolismo e reciprocidade.

Nesse sentido, Júlia Benzaquen (2007) discorre a respeito das práticas de individualização e socialização.

A individualização, processo que diferencia os indivíduos, é parte constituinte da socialização que dissemina as normas sociais. [...] Já o processo de socialização pode ser definido como o amplo processo de introdução de um indivíduo no mundo objetivo e subjetivo de uma sociedade ou de um setor dela. [...] Então, o processo de

socialização depende da estrutura social em que o indivíduo se encontra, mas também é influenciado pela individualidade de cada pessoa, ou seja, pelo seu corpo, pelas suas formas cognitivas únicas e pelas suas experiências anteriores, isto é, o indivíduo tem um modo particular e específico de dialogar com essas estruturas sociais (Idem, *Ibidem*, p. 49-51).

Considerando que os diretores tenham sido socializados de maneira eficiente, segundo os critérios do atual programa de treinamento da secretaria de educação, questionamos como os mesmos podem promover uma melhor aplicação social de políticas educacionais frente a possíveis processos de individualização e personalização dos profissionais que compõem uma unidade de ensino, pois afinal, “se fosse uma questão simples reconciliar ação e coletividades em uma teoria social única, então a discriminação entre esses temas jamais seria cogitada” (COHEN, 1999, p. 394).

Diante da discussão teórica levantada, não se pode desconsiderar que a estrutura social tende a se sobrepor ao indivíduo, contudo, também não se pode esquecer que a mesma é composta por esse segundo elemento. Percebemos que na relação com a secretaria de educação, a unidade de ensino se apresenta como mais um membro integrante do todo. Porém, a mesma é estrutura em relação aos indivíduos que a compõem.

Nesse tipo de sistema, o pleno funcionamento do organismo, como um todo, depende do bom desempenho de suas partes, ao mesmo tempo em que o desajuste de uma delas pode prejudicar a totalidade. Considerando as particularidades dos integrantes das unidades de ensino, não se pode duvidar do poder que os mesmos podem ter em relação às suas práticas, ao mesmo tempo em que precisam se subordinar às diretrizes de uma estrutura que, por sua vez, se subordina a um padrão de nível mais abrangente, no caso, o Estado.

Preocupados em entender o impacto das transformações que envolvem as relações socioprofissionais no campo educacional, autores como Antônio Nóvoa (1991) e Raymond Bourdoncle (1998) analisaram o papel da escola e dos profissionais de educação perante a sociedade. Esses autores perceberam que assim como em outras atividades profissionais, o campo educacional também passou por aquilo que classificaram como um movimento de racionalização que afetaria a atividade organizacional a partir da aplicação de modelos de gestão e divisão social do trabalho.

A racionalização em questão afetaria a prática profissional a partir do desenvolvimento de processos de avaliação, de pesquisas de qualidade, tecnologização, formalização dos

saberes profissionais e melhorias em torno da transmissão desses saberes. Esses processos de organização educacional passam a ser desenvolvidos pelo Estado a partir do século XVIII, quando o mesmo assumiu o lugar de responsabilidade de controle sobre o ensino, levando-o a um processo de institucionalização. O projeto pretendia “uma renovação dos currículos e dos programas, uma integração das diferentes redes escolares e, sobretudo, um controle estatal sobre o conjunto do sistema de ensino, notadamente naquilo que concerne à seleção e ao recrutamento dos profissionais da educação” (NÓVOA, Idem, p. 116).

Frente a esse processo, vejamos que assim como outras profissões, o profissional da educação também procurou efetivar sua profissionalização. Essa ação deveria passar pela consolidação de uma padronização do exercício da profissão, possibilitando uma atuação mais forte em suas reivindicações a partir da percepção de um grupo profissional formado. Todavia, entendemos que pelo fato do profissional da educação estar diretamente vinculado a uma instituição e depender dela, sua autonomia profissional termina por se dissipar em zonas de controle e autonomia, já que a estrutura formal de autoridade concentra o poder e a responsabilidade sobre os principais recursos nas mãos de profissionais ligados a secretaria de educação local e o seu representante executivo.

Segundo Bourdoncle “*les autorités centrales réduisent leur vulnérabilité aux attaques internes et externes en exerçant un contrôle sélectif sur les points auxquels sont sensibles la communauté locale*” (1998, p. 81). Diante disto, Bourdoncle percebe que ser empregado e estar submetido a uma autoridade burocrática seria uma prerrogativa necessária à consolidação de reconhecimento profissional. Dessa forma, percebemos que, diante das mudanças sociais e políticas, a instituição burocrática de controle não consegue exercer um sistema de administração total, já que muitas de suas determinações são pouco concisas e dão margem a interpretações e iniciativas diversas por parte dos agentes educacionais, impedindo uma melhor organização política do grupo profissional ligado a unidades educacionais.

4 Algumas Considerações

A análise das relações sociais sob à luz da Teoria Social nos possibilita explicar, dentre outros, como mesmo após tantos avanços no campo das ciências e tecnologia, ainda nos

deparamos com sociedades tão desiguais. Consideramos os avanços científicos por perceber que eles, de uma maneira geral, estiveram voltados para o desenvolvimento de projetos que garantissem a melhoria da vida em sociedade, mas que ao serem colocados em prática entre os indivíduos, através do trabalho deles próprios, nem sempre obtiveram os resultados esperados.

Ressalvamos, porém, que não necessariamente a teoria social existente possa garantir uma melhor ilustração dos fenômenos pesquisados, seja pela complexidade que envolve as relações sociais, seja pela dificuldade de adequação de uma teoria tida como universal em torno de realidades sociais locais. Nesse sentido, gostaríamos de destacar a importância de se conhecer outras ferramentas epistemológicas que possibilitem alternativas para entendimentos mais próximos das realidades sociais diversas.

Pretendendo reverter o paradigma epistemológico dominante que impera sobre os povos subalternos, a Teoria Pós-colonial (SANTOS, 2008; MIGNOLO, 2003; MUDIMBE, 1988, et al.) se apresenta como imprescindível à reflexão sobre as incongruências dos modelos de gestão de pessoas e políticas públicas aplicados no Brasil. Observemos que em terras tupiniquins propõem-se promover o desenvolvimento educacional, por exemplo, através da adequação de nossas práticas de gestão, pública e privada, a partir de modelos que, embora propositivos, foram elaborados, aplicados e se apresentaram eficazes naquelas sociedades entendidas como de primeiro mundo e portanto, colonizadoras.

Assim aconteceu durante a compulsória colonização portuguesa, do século XVI ao século XIX; assim também se deu com a colonização cultural francesa que durou até o início do século XX; e hoje, se dá a partir da influência totalizante do denominado *american life way*. Dessa forma, como não refletirmos se conceitos sociológicos consolidados, a exemplo do tipo-ideal burocrático weberiano, podem dar conta das realidades locais da difusa e heterogênea sociedade brasileira.

Inspirados pelos trabalhos de uma nova geração de pensadores sociais, percebemos que parece ter chegado a hora na qual o Brasil, enquanto potência cultural que já é, e potência política e econômica que pretende ser, apresente seus próprios modelos de gestão das organizações, considerando as características históricas e socioculturais dos indivíduos que nelas se encontram inseridos em prol da implementação de políticas públicas.

5 Referências

BENZAQUEN, Júlia F. **A socialização para cooperação: uma análise de práticas de educação não formal**. Recife: Bagaço, NUPEP, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **“Notre état de misere”** (entrevista a Sylvains Pasquier). L’Express, 1993.

BOURDONCLE, Raymond. La professionalisation de enseignants: analyses sociologiques anglaises et américaines. **Revue Française de Pédagogie**, (94): 19-37, 1991.

BOURDONCLE, Raymond e DEMAILLY, Lise (org.). **Les professions de l’éducation et La formation**. Paris : Presses Universitaires du Septentrion, 1998. p. 7-24

CAILLE, Alain. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da Dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 38, pp. 5-38, 1998.

CHANLAT, Jean-François. **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. v. 3. São Paulo: Atlas, 2010.

COHEN, Ira J. Teoria da Estruturação e Práxis Social in: GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan. **Teoria Social hoje**. São Paulo: UNESP, 1999. p. 393-446.

COLLINS, Randall. **Quatro tradições sociológicas**. Petrópolis: Vozes, 2009.

DaMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?**. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia das Organizações**. São Paulo: Atlas, 2008.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **O Suicídio**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1970.

_____. **O Processo Civilizador**. São Paulo: Jorge Zahar, 1994.

ELSTER, John. **Peças e Engrenagens das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1989.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da Sociedade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

- GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. 14. ed. Petropolis: Vozes, 2007.
- _____. **Frame Analysis**: Los marcos de La experiencia. Madrid: Centro de investigaciones Sociológicas, 2006.
- HOMANS, G. C. **Social Behavior**. Its elementary forms. New York: Harcourt, 1974.
- MARTINS, Paulo H. e CAMPOS, Roberta B. C. **Polifonia do Dom**. Recife: EdUFPE, 2006.
- MARX, K. **Para a crítica da economia política do capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MAUSS, Marcel. **Essais de Sociologie**. Paris: Seuil, 1971.
- MIGNOLO, Walter. Un paradigma outro: colonialidad global, pansamiento fronterizo y cosmoploitismo crítico In: **Historias locais-deseños globales**: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. p. 19-60. Madrid: Akal, 2003.
- MUDIMBE, Valentin Y. **The invention of Africa**: gnosis, philosophy, and the order of knowledge. London: Indiana University Press, 1988.
- NÓVOA, Antonio. **Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente**. Teoria e Educação. Porto Alegre, (4): 109-139, 1991.
- RATTON, J. **Para ler John Elster**: limites e possibilidades da explicação por mecanismos nas Ciências Sociais. Dados, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Uma Sociologia das ausências e uma Sociologia das emergências**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro. Ed. LTC, 2002.
- WEBER, Silke. Profissionalização docente e políticas públicas no Brasil. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 24(85): p. 1125-1154, 2003.